

Resumo: O Arquivo, enquanto instituição política, cultural e social, tem o poder de legitimar, restringir ou conceder o acesso à informação. Este artigo científico analisa os conceitos de Arquivo, Poder e Memória a partir de dimensões políticas, sociais e institucionais, com base em Foucault e Althusser. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Os materiais foram coletados em bases de dados, dicionários especializados, periódicos, revistas especializadas, Google Scholar e eventos científicos. Com base nesta discussão, entende-se que o Arquivo não desempenha a função de reprimir, pelo contrário, dentre suas inúmeras atividades, é uma instituição que procura manter a preservação da memória e a disseminação do conhecimento para a sociedade. Sendo ainda responsável por franquear o acesso à informação, portanto, ele provê a condição para o desenvolvimento da cidadania, sendo este o requisito básico para os direitos civis, políticos e sociais para formação de uma nação mais justa, livre e democrática.

Palavras-chave: Arquivo; Memória; Poder; Política institucional.

Abstract: As a political, cultural, and social institution, archives have the power to legitimize, restrict, or grant access to information. This article scientifically analyzes the concepts of archives, power, and memory from political, social, and institutional perspectives, based on Foucault and Althusser. It is a qualitative bibliographic study. The materials were collected from databases, specialized dictionaries, journals, specialized magazines, Google Scholar, and scientific events. Based on this discussion, it is understood that the Archive does not perform the function of repression; on the contrary, among its numerous activities, it is an institution that seeks to preserve memory and disseminate knowledge to society. It is also responsible for providing access to information, thus providing the conditions for the development of citizenship, which is the basic requirement for civil, political, and social rights for the formation of a more just, free, and democratic nation.

Keywords: Archive; Memory; Power; Institutional policy.

Introdução

Este artigo procura apresentar, analisar e debater os conceitos de Arquivo, Poder e Memória em três aspectos – político, social e institucional – e verificar como essas influências acarretam nas principais funções arquivísticas, ou seja, produção documental, tratamento, classificação, organização, disseminação e no acesso à informação produzida em decorrência de atividades administrativas e jurídicas.

Para estabelecer a ordem social e disciplinar, pensadores como Michel Foucault (1979) entende que o Estado utiliza de inúmeras instituições políticas. Nessa continuidade, Chomsky e Foucault (2014) concordam em teoria e ação que é comum, considerar que o poder está localizado nas mãos do governo e que ele é exercido por meio de certo número de instituições específicas, como a Administração Pública, a Polícia, as Forças Armadas, os Hospitais, Instituições Psiquiátricas e outras que são aparelhadas pelo Estado. É do

conhecimento da sociedade de que todos esses aparatos institucionais são feitos para elaborar e transmitir certo número de decisões em nome da nação ou do Estado, para fazer com que elas sejam aplicadas e para punir aqueles que não obedecem.

Nessa discussão, Althusser (1985), prefere denominar essas instituições políticas de aparelhos ideológicos de Estado e, além desses, insere os tribunais, escolas, sistema político, meios de comunicação (rádio, TV e jornais) e as penitenciárias como instituições repressoras e ideológicas, e alerta que a repressão não é somente física, mas também ideológica e cultural. No entendimento do autor, existem dois aparelhos de Estado: o primeiro é o repressivo, e o segundo é o ideológico. O repressivo funciona pela violência e o ideológico pela ideologia. Em que também, o Estado pode se valer de ambos para estabelecer o *status quo* e a manutenção da ordem social (ALTHUSSER, 1985).

Consoante a isso, Costa (1997), lembra que num determinado período, foi possível criar instituições com o objetivo de vigiar, punir, tratar, curar, corrigir, educar, governar e monitorar. Desse modo, as instituições são integradoras e formalizadoras de práticas e comportamentos. Ao longo da história, a docilização dos corpos foi uma prática adotada pelo Estado, não apenas como punição, mas também para a doutrinação e manutenção de seu poder, seja ele ideológico ou cultural.

Dentro dessa dinâmica Dardot e Laval (2016) já no contexto da atualidade (2025), afirmaram que o poder da classe dominante expresso atualmente na práxis neoliberal pode ele mesmo ser compreendido como uma infusão ideológica nos próprios trabalhadores com essa ideologia, que se imbricam na formação subjetiva dos sujeitos, conseguindo influenciar ele mesmo os horizontes, interesses e maneira de se relacionar interpessoalmente da classe trabalhadora, sendo este pensando e tendo como perspectiva os interesses da fração dominante da sociedade, a neoliberal, indo em última instância para além e assumindo o caráter de uma política econômica.

De tal maneira, compreende-se que

O neoliberalismo tem uma história e uma coerência. Combatê-lo exige não se deixar iludir, fazer uma análise lúcida dele. O conhecimento e a crítica do neoliberalismo são indispensáveis. A esquerda radical e alternativa não pode contentar-se com denúncias e slogans, muitas vezes confusos, parciais ou atemporais. Assim, é errado dizer que estamos lidando com o “capitalismo”, sempre igual a ele mesmo, e com suas contradições, que inevitavelmente levariam à ruína final. Eficácia política pressupõe uma análise precisa, documentada, circunstanciada e atualizada da situação. O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (DARDOT e LAVAL, 2016:7).

Levando em consideração que inúmeras instituições de natureza política estão conectadas ao Estado, podemos compreender que determinadas instituições culturais ou unidades de informação, entre elas, Arquivos, Bibliotecas, Museus e os Centros de Documentação e

Memória estão ligadas ao Poder de Estado. Nora (1993), entende que essas instituições são denominadas de “lugares de memória”, em que elas tornaram-se personagens do discurso político. O autor lembra que é preciso criar arquivos, unidades informacionais e instituições culturais, datas comemorativas, organizar celebrações, cerimônias fúnebres e notariar e registrar atas documentais com o fim de manter o registro da ação.

Nesse sentido, Dodebei e Gouveia (2011) chamam de lugares de memória, os arquivos, bibliotecas e museus de centros culturais. Por sua vez, Thiesen (2013) defende a nomenclatura ‘instituições de memória’, bem como memória-acontecimento, memória-caos e memória-hábito. Britto, Mokarzel e Corradi (2016) lembram que essas instituições são criadas a partir da necessidade de sanar as lacunas que a memória não é capaz de preencher.

Diante disso, o presente artigo terá como foco o Arquivo em sua dimensão política, social e institucional para elucidar e esclarecer questões relacionadas à produção documental e como esse processo se dá no acesso à informação por parte dos sujeitos informacionais. Contudo, este artigo não tem por objetivo apresentar uma solução, tampouco realizar um esgotamento do tema no escopo da Ciência da Informação, Arquivologia e das Ciências Sociais Aplicadas, visto que seria necessário um tempo maior de investigação para chegarmos a uma conclusão mais consistente sobre o assunto.

Logo, as questões que se colocam podem ser assim resumidas: O Arquivo enquanto instituição cultural ligada ao Estado, pode ser considerada uma instituição de Poder? Em que medida podemos relacionar com base em dimensões políticas, sociais e institucionais Arquivo, Poder e Memória? A partir de suas funções arquivísticas, qual o grau de influência que o Arquivo exerce na produção documental e no acesso à informação?

O objetivo geral é apresentar uma discussão acerca da noção de Arquivo como instituição de poder e as principais influências que são exercidas pelo Estado na produção documental e como esse processo se manifesta no acesso à informação.

No que tange aos objetivos específicos, é necessário:

- Realizar uma síntese acerca dos conceitos de Arquivo, Poder e Memória e Memória Institucional;
- Situar o Arquivo como uma instituição ligada ao poder de Estado;
- Analisar a noção de Poder como fator determinante e que pode influenciar nas atividades administrativas realizadas nos arquivos, análise da produção documental e no acesso à informação;
- Analisar a relação entre Arquivo, Poder e Memória Institucional.

A justificativa para a elaboração e desenvolvimento deste artigo científico tem por necessidade retomar discussões acerca da noção de Arquivo enquanto uma instituição ligada ao Poder Político. E também, retomar discussões sobre a noção de poder político que permeia as atividades jurídico-institucionais com base nas principais funções arquivísticas, sobretudo aquelas relacionadas à produção, descrição, classificação, representação, organização, gestão documental em instituições arquivísticas e que estabelecem os níveis de sigilosidade no acesso à informação. Frente a isso, há necessidade de discussão sobre a

vinculação institucional entre Arquivo e Memória como instituições culturais que disseminam o saber para a sociedade. Além de situar e apresentar os principais agentes culturais que atuam em instituições arquivísticas e de memória no processo de produção documental.

Metodologia científica

Este artigo foi desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica, que para Salvador (1977), se trata de um estudo recapitulativo de revisão da literatura existente em arquivos, bibliotecas, museus, entre outras fontes informacionais. Embora os trabalhos recapitulativos devam seguir a mesma metodologia no processo de sua elaboração, visam a objetivos diferentes de acordo com os objetivos dos diversos níveis de ensino e aprendizagem. No que diz respeito à abordagem trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, na medida em que busca analisar os principais aspectos elementares acerca do Arquivo, Poder e Memória do ponto de vista histórico, social e político.

Os materiais que deram sustentação teórica e argumentativa para o desenvolvimento desta discussão foram coletados em bases de dados, dicionários especializados sobre Arquivologia, Ciência da Informação, Sociologia, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Políticas, Filosofia e Memória. Somado a isso, foram realizadas análises de artigos, livros, dissertações e teses, em que esses trabalhos foram recuperados em repositórios digitais, periódicos, revistas especializadas, como a *Knowledge Organization*, bases de dados como Scielo, Web of Science, Scopus, assim como congressos e eventos científicos a nível nacional e internacional, com destaque para o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), com foco no Grupo de Trabalho nº 10 “Informação e Memória”, a International Society for Knowledge Organization (ISKO) em seus capítulos brasileiros e ibéricos, a Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC) e os Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación (IBERSID).

Os termos pesquisados foram em português, espanhol e em inglês, respectivamente: a) Arquivo, Poder, Sociedade, Memória, Memória Institucional, Política e Institucionalidade, Política-institucional; b) *Archivo, Poder, Sociedad, Memoria, Memoria Institucional, Política e Institucionalidad*; Política-institucional; c) *Archive, Power, Society, Memory, Institutional Memory, Politics and Institutionalality, Institutionalality-politics*. Não houve a delimitação de um período específico para a localização dos materiais nas plataformas digitais, bem como não houve um processo de quantificação de materiais recuperados nas referidas fontes informacionais.

O desenvolvimento do artigo, bem como o processo de coleta, leituras, fichamentos, análises, discussões dos materiais, redação do texto e submissão a revista *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, foram realizados entre os meses de julho a outubro de 2025.

O arquivo como instituição ligada ao Estado

Nesta seção, com base na revisão de literatura e na recuperação e análise de materiais sobre o tema proposto, serão apresentadas as definições de Arquivo enquanto instituição ligada

ao Estado. De modo geral, o Arquivo é visto como uma instituição cultural que tem por função armazenar, preservar, disseminar, restringir ou conceder o acesso à informação e o conhecimento produzido ao longo de um determinado período, independentemente de seu contexto, e que esse conhecimento é registrado e materializado em um suporte para ser difundido socialmente. O Arquivo, a partir de seu aspecto institucional, tem a prerrogativa de restringir ou de conceder o acesso à informação¹.

Para fins de padronização, neste artigo, o termo Arquivo (letra maiúscula) será entendido como instituição, em contrapartida, o conceito arquivo (letra minúscula), refere-se a um conjunto documental que é de vital importância para a Administração Pública e no acesso à informação por parte da sociedade.

Britto, Mokarzel e Corradi (2016) mencionam que os Arquivos estão presentes na história da humanidade desde que o homem se fixou numa localidade e necessitou de um Estado que centralizasse as decisões a serem tomadas dentro de uma comunidade.

Dessa maneira, cumpre lembrar que o Arquivo em seu caráter institucional se trata de um repositório que contém registros criados ou recebidos por um arquivo central. O gerenciamento dos arquivos inclui estabelecer um conjunto, como a missão, objetivos, estratégias e as metas do programa, assegurar os recursos humanos e financeiros necessários para apoiar essas atividades e avaliar o desempenho do programa.

Cunha e Cavalcanti (2008) definem que o Arquivo por natureza é uma instituição que contribui com o bom andamento da administração pública ou privada, em que os documentos produzidos por ele devem estar conservados, preservados e acondicionados em locais de fácil acesso, é comum nos depararmos com o arquivo público ou arquivo administrativo.

Rodrigues (2004) defende que o arquivo seria o lugar de guarda da *arché*, do princípio supremo, o lugar onde se guarda o poder, a decisão e a vontade do soberano ou a materialização da palavra do poder, isto é, os documentos produzidos por ele no período de seu governo ou reinado.

Para Kurtz,

O arquivo, além de cumprir as funções precípua de recolher, tratar, conservar, difundir e tornar acessível a consulta tem ainda a função de servir ao cidadão comum e aos futuros cidadãos, no sentido de conhecer sua herança cultural e sua identidade, preservar o patrimônio histórico como também acessar o conhecimento de maneira lúdica, por meio de atividades culturais e educativas que se constituem na chamada função cultural ou social (KURTZ, 2004:6).

Rodrigues (2004) salienta que o Arquivo sempre assumiu um significado de lugar de guarda da palavra e dos atos do poder corporificados em forma de documento, ou melhor dizendo, documento arquivístico. Mas, além da instituição arquivística, um conjunto de

¹ Em muitos casos, o acesso à informação só é possível por meio de determinados instrumentos jurídicos, como as Leis de Acesso à Informação (LAI). No Brasil, existe a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff.

documentos que é resultado de atividades institucionais passaria a ser designado pelo termo arquivo. E, contemporaneamente, o termo arquivo designa todo conjunto documental originário de atividades desempenhadas em prol de uma missão, seja pública ou privada, de uma entidade coletiva, pessoa ou família, sem se restringir ao caráter institucional.

Assmann (2011), ao mencionar Jacques Derrida (2001), entende que não há poder político sem controle do arquivo, mas sem arquivo também não existe espaço público nem crítica. Sem o arquivo não existe *res publica*, ou seja, não existe coisa pública. A autora ainda explana que, os regimes ditatoriais eliminam a memória de armazenamento em favor da memória funcional, enquanto os regimes democráticos tendem a expandir a memória de armazenamento às custas da memória funcional. No qual o arquivo representa um bem comum público, como faz o museu, ele estará sob a proteção oficial de departamentos públicos que tomam deliberações especiais para garantir sua preservação e difusão social.

Kurtz (2004) entende que o Arquivo, além de conservar a documentação produzida pelas instituições democráticas no cumprimento de suas atribuições jurídicas, representa uma fonte de poder do Estado, visto que este disponibiliza a informação de acordo com as políticas públicas arquivísticas estabelecidas.

Simioni (2016:178) entende que o Arquivo se constitui como um sistema de discursividade que estabelece um vínculo de certos discursos com outros certos discursos, excluindo todos os restantes, ou seja, só é levando em consideração aquilo que merece ser registrado e reproduzido. É um sistema de discursividade que seleciona o que vai ser associado à história e o que vai ser dela eliminada. Entretanto, é importante realçar que, embora o discurso oficial ou governamental sobre os arquivos seja atrelado à democracia e a transparência pública, a verdade é que o posicionamento do Estado perante os arquivos sempre foi de controle, reprodução de discursos e legitimação do poder. Portanto, trata-se da articulação do poder na sua dimensão simbólica, onde o Estado através das instituições e por meio de um conjunto de práticas adstritas à legislação arquivística vigente, como a classificação, avaliação e eliminação de documentos, determina o que é passível de ser conhecido e acessado pela sociedade. E como tal, para além de acumular informações para a sua capacidade reflexiva, o Estado define assim os mecanismos de subjetivação do espaço social.

Este entendimento se articula na visão foucaultiana sobre o poder e o saber, afinal, o Arquivo é parte integrante do sistema de formação e transformação dos enunciados que, por sua vez, possibilitam o saber. Portanto, para Foucault (1999:31), “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Nesse sentido, ainda que se reconheça o papel social do Arquivo, é preciso não perder de vista o caráter de instrumentalização política que por vezes o mesmo é sujeito.

Em síntese, foi possível verificar nesta seção que o Arquivo enquanto instituição política tem a função de disseminar o saber produzido pela humanidade e facilitar o acesso à informação para a sociedade, ainda mais quando se trata de arquivos públicos. Porém, quando se trata de uma instituição cultural ligada ao poder político, é preciso levar em consideração que existirão inúmeras formas e meios que influenciarão no processo de produção documental, classificação, organização e os meios de acesso ao documento, sendo este o meio em que a informação é registrada, materializada e institucionalizada.

A seguir, será apresentada a noção de poder e como a utilização desse elemento por parte do Estado pode influenciar de maneira positiva ou negativa as ações, funções, processos e atividades que permeiam o cotidiano das instituições arquivísticas.

Relações dialógicas sobre o conceito de poder

A presente seção tem por objetivo principal apresentar do ponto de vista teórico o conceito de Poder, a partir do levantamento e da definição dos conceitos. A ideia é realizar uma relação dialógica entre os pensadores que tratam do tema nos mais diversos campos do conhecimento.

É preciso, antes de qualquer coisa, segundo Ferreirinha e Raitz (2010), conhecer a etimologia da palavra poder, que vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico posse, que vem a ser a contração de *potis esse*, “ser capaz”; “autoridade”. Dessa forma, a origem da palavra ‘poder’ torna-se sempre uma expressão ou ação que exprime força, persuasão, controle, coação, intimidação, regulação.

Foucault (1979), um dos maiores estudiosos sobre o tema, ao comentar sobre o poder, diz que cada sociedade tem seu regime de verdade, ou seja, sua política geral de verdade, que se traduz como os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como legítimos; os dispositivos e as instâncias que permitem reconhecer os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se legaliza uns e outros; as técnicas, métodos e os procedimentos que são valorizados para a aquisição da verdade; a regulamentação daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Althusser (1985), sobre a questão dos meios de execução do poder da classe dominante via Estado, considera que se dão em grande medida seus aparelhos ideológicos, sendo estes em síntese, escola, igreja, família, meios de comunicação e de reprodução cultural, sendo este o meio por onde correm as via de reproduções ideológicas do Estado. O que compreendemos nos influencia direta ou indiretamente o que e como uma sociedade lida com os arquivos e o que é colocado neles em sua produção em relação ao fato concreto, e como são geridos após sua produção.

Quando se pensa em poder, imagina-se automaticamente quem o detém, ou exerce, o mantém e a quem ele é transferido. Ele é atribuído a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos que exercem uma determinada influência sobre outros. Pensa-se também em força física, ideológica, psicológica ou moral, domínio, posse, o que geralmente remete a ideia de poder político. Contudo, para Brígido (2013), o poder não se limita somente ao âmbito político, pelo contrário, sempre esteve presente nas relações humanas, sociais e contratuais. Onde existem indivíduos, aí está uma relação de poder.

Rosa (2017) defende que o poder é comumente compreendido como a capacidade de um determinado indivíduo impor sua vontade a outros. No que tange à história do pensamento social, filosófico, cultural e político muito se fundamentou, e se fundamenta, acerca da noção e dos limites do poder.

Desse modo, o poder para Bourdieu (1989) é, fundamentalmente, um poder de construção da realidade. Tal poder detém os meios de afirmar o sentido imediato do universo, instituindo valores morais e sociais, classificações e conceitos que se apresentam aos

indivíduos como verdadeiros, naturais e desinteressados. Para o autor, a noção de poder é algo que está relacionado aos sistemas simbólicos. Nesse sentido, poder simbólico, segundo Bourdieu (1989:9), é “a construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico [...]”.

Para Brígido (2013), quando analisamos a partir da visão política, encontramos a definição de poder como a capacidade de impor algo para ser obedecido e sem alternativa para a desobediência. Ou seja, é um poder que foi reconhecido como legítimo e instituído para executar a ordem estabelecida por uma determinada classe.

Michel Foucault entende que o poder pode ser localizado e observado numa instituição determinada ou no Estado. O poder é considerado como algo que o indivíduo cede a um governante, como vemos na compreensão política clássica dos contratualistas. Para o pensador francês, o poder acontece como uma relação de forças, ou seja, o poder adquire uma forma de sombra ou de invisibilidade que não pode ser visualizado (BRÍGIDO, 2013). Rosa (2017), ao citar Foucault, entende que o poder não existe enquanto coisa materializada, ele é um funcionamento, um mecanismo; a partir dos “regimes de verdade” estabelecidos, o “poder mais se exerce do que se possui”. Santos (2016) indica que o poder em Foucault é pensado como relação, lembrando que o filósofo francês raramente utilizava a palavra poder em suas produções científicas, mas sim a expressão “relações de poder”, e quando usa a primeira é sempre no sentido da segunda.

A concepção de poder como relação pressupõe que toda relação social é permeada por relações de poder. Ou seja, toda relação social implica, de forma intrínseca, relações de poder. Tanto é que, considera-se que relações humanas como as relações familiares, afetivas, profissionais, religiosas, pedagógicas dentre outras, são igualmente relações de poder.

Com base nas definições acerca do Poder apresentadas pelos autores ao longo desta seção, observa-se que o Arquivo não é uma instituição considerada do ponto de vista repressivo, pelo contrário, é uma instituição cultural que visa registrar o conhecimento, preservar produtos intelectuais e disseminar o saber, assim como as Bibliotecas, Centros de Informação e Documentação, Museus e os Memoriais. Embora esteja ligado às ações do Estado, ele não age como uma instituição repressiva no sentido delineado por Althusser e Foucault, que destacam e analisam os aparelhos repressivos e ideológicos de Estado como instrumentos de manipulação social e docilização dos corpos. Embora o Arquivo seja reconhecido como uma instituição cultural, entende-se que o mesmo alinha-se a determinadas diretrizes estabelecidas pelos governantes, mas que muitas vezes não está delineada pelo poder político.

Na próxima seção, será apresentado o conceito de Memória e Memória Institucional, visto que se trata de um tópico comumente relacionado aos Arquivos, embora possuam algumas semelhanças, apresentam algumas diferenças também. O objetivo é verificar se esse conceito está relacionado aos objetivos institucionais, informacionais e políticos dos arquivos.

Aspectos conceituais sobre memória e memória institucional

Antes de definirmos o que é Memória Institucional, é preciso apresentarmos o que é Memória, que para Araújo e Gomes (2011:39), se constitui em um dos elementos de investigação do profissional da informação, sobretudo o arquivista, visto que a necessidade de preservação da memória e da disseminação da experiência coletiva, na sociedade, visa à preservação do patrimônio documental para permitir que gerações futuras tenham conhecimento do passado, e a partir disso, possam reconstruir a sua história com base nos fatos ocorridos.

No entendimento de Araújo e Gomes (2011), a memória se processa com o acúmulo das recordações, as rememorações das informações obtidas por intermédio de experiências. O que corresponde a ideia de recordação, lembrança, resgate, recuperação, relebrança.

Nas palavras de Costa (1997:145), “é através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento”. Mendonça (2015:55), diz que “as imagens são os materiais da memória, traz à memória enraizada, na sua concretude elas sugerem a recordação, a lembrança, o simbolismo, a constituição de uma narrativa ou de narrativas”. Assim, entende-se que a memória, quando associada às imagens, traz à tona a necessidade de análise sobre a representação da informação e de seu conteúdo.

Segundo Mendonça (2015), a memória é o que foi vivido, é a forma de entender, compreender e representar o passado, sendo a perpetuação de um tempo, capaz de transmitir ritos, revelar mais sobre uma sociedade, um povo, uma cultura, relacionando-se com lugares, costumes, práticas e construindo uma história em virtude dos seus vestígios.

A memória é, para Mendonça e Pinho (2016), informação que circula, que está presente, que é rejeitada e/ou armazenada; em termos mais complexos ela está envolvida em questões cognitivas, fisiológicas, sociológicas, pessoais, políticas, culturais e institucionais.

Para Marcondes e Japiassu (1996, não paginado), a memória é a

Capacidade de reter um dado da experiência ou um conhecimento adquirido e de trazê-lo à mente; considerada essencial para a constituição das experiências e do conhecimento científico. A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente. Segundo Aristóteles, "E da memória que os homens derivam a experiência, pois as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito de uma única experiência" (Metafísica, I, I).

Nas palavras de Cunha e Cavalcanti (2008:243), memória é o “dispositivo que permite o registro, a conservação e a restituição de dados, p. ex.: fichas, arquivos e recuperação automática da informação”. Com base nos autores, compreende-se que a memória, em seu sentido mais estrito, pode ser relacionada aos arquivos, melhor dizendo, aos registros documentais que são preservados pelos arquivos.

Dodebei (2005) define a memória como o fato de ligação psíquica coletiva em uma sucessão que visa neutralizar os efeitos da irrupção de um impacto; só quando a memória se torna instrumento de uma gestão cultural é que pode produzir a aparência de norma.

Para Nora (2003:9), a memória é a vida, sempre carregada por grupos existentes e, nesse sentido, ela está em constante modificação, propensa à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas transformações sucessivas, exposta a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas renovações e transformações sociais.

Sobre a Memória Institucional, termo comumente denominado de Memória Organizacional e Memória Empresarial, Parrela e Nascimento (2019) destacam que ela começou a ser tratada de forma aprofundada no início da década de 1970, como reflexo dos estudos advindos das áreas de Sociologia, Antropologia, Psicologia e História voltados à questão da memória. Nesse momento, principalmente nas instituições, percebeu-se que para sua evolução era importante registrar e preservar sua memória, ou seja, criar fundamento e base para seus produtos e serviços. Neste ponto, Ribeiro, Lima e Silva (2018) lembram que as instituições começam a ter ainda que de forma superficial, a compreensão da importância da preservação da memória da instituição e a sua importância para as gerações futuras, ou seja, a ideia de continuidade.

A memória institucional, para Silva, Papali e Zanetti (2019:273), “constitui um patrimônio imaterial preservado, muitas vezes, graças às iniciativas de pessoas leigas interessadas em assumir o papel de guardiãs dos legados institucionais”.

Segundo Araújo e Gomes (2011), o profissional da informação, principalmente o arquivista pode e deve contribuir para o resgate e preservação da memória institucional coletiva, visando ao processo de construção social, e ainda se desejar manter-se na profissão no próximo século necessitará ampliar seus conhecimentos no uso das tecnologias de informação e comunicação, reconhecendo-a como mais um instrumento de trabalho, ainda mais em um contexto em que os documentos são criados ou estão sendo armazenados em dispositivos e acessados em plataformas digitais.

Para Parrela e Nascimento (2019), levando em consideração a experiência dos indivíduos que colaboram com a instituição, infere-se que memória institucional, diferentemente da memória organizacional, não quer simplesmente se restringir a organizar processos, procedimentos ou atividades burocráticas e administrativas, mas sim apreender seu significado e sua personalidade, evidenciando sua posição e seu papel na sociedade, especialmente quando se trata de instituições arquivísticas.

Segundo Rueda, Freitas e Valls (2011), na mesma época, no Brasil, a Memória Institucional vinha sendo tratada de forma mais acentuada em Centros de Informação e Memória, mais comumente nos órgãos públicos, em algumas instituições privadas e com maior preponderância em instituições universitárias-acadêmicas. Motivos como o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição Federal de 1988, as lutas pelos direitos humanos, o fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil e o início do acesso às revoluções tecnológicas abriram a possibilidade de resgatar a memória e informações, para se conhecer a história do país e disponibilizar essas informações de forma organizada e transparente à sociedade. Anos mais tarde, foram criadas comissões, como a Comissão Nacional da Verdade em 2014, voltadas a reparações históricas em virtude de violências cometidas pelo Estado brasileiro.

No entendimento de Rueda, Freitas e Valls,

O que normalmente ocorria nas instituições era a criação de locais específicos para a preservação desta memória, mas por motivos financeiros, de gestão ou falta de planejamento esses setores acabavam sendo desativados e em consequência a Memória Institucional era depositada em galpões ou locais de difícil acesso, inacessível ao público interno e externo, porém com a conscientização da importância estratégica da preservação da Memória Institucional as instituições perceberam que era preciso promover as mudanças organizacionais necessárias sem perder a sua identidade, e isto se reflete até hoje nos Centros de Memória (RUEDA, FREITAS e VALLS, 2019:86).

Com base nos autores supracitados, essa realidade é muito parecida e apresenta uma relação com a dos arquivos, visto que é comum em algumas instituições públicas ou privadas, principalmente aquelas que não têm um profissional arquivista em seu quadro de trabalho, organizarem e classificarem os documentos de forma desordenada, sem consulta a manuais e materiais especializados, e o mais preocupante, que é a eliminação da documentação de valor probatório, sem a avaliação de uma equipe de profissionais competentes, além do próprio arquivista que é o responsável pela produção, tramitação e gestão documental da instituição. Em alguns casos, instituições de natureza pública e privada não contam com a consultoria de um arquivista, em contrapartida, recorrem à análise de manuais técnicos para o desenvolvimento de funções arquivísticas.

A Memória Institucional, para Lima, Oliveira e Moura (2017), também se caracteriza como uma construção que traz em si as contribuições dos indivíduos que dela fazem parte, de tal maneira que seus colaboradores cooperam para constituir a história que a instituição pretende preservar para o futuro. Todavia, para preservar a Memória Institucional não basta resgatar o passado, mas compreender e apreender a relevância social deste passado para as futuras gerações.

Em síntese, a memória institucional é comumente associada ao arquivo, sendo fato que existem algumas similaridades, principalmente no que concerne ao armazenamento de documentos, resgate e preservação da identidade e da memória. Porém, é preciso ressaltar que a memória institucional é criada pelos próprios colaboradores de uma determinada instituição; já no caso do arquivo, o documento é criado a partir de uma necessidade institucional, ou seja, com base em uma atividade administrativa ou jurídica, assim, o resultado dessa ação é a informação orgânica materializada em um documento de arquivo que passará por um processo de gestão documental, bem como de ciclo vital ou a teoria das três idades, que compreende as fases corrente, intermediária e permanente. É importante que os produtores e os sujeitos informacionais reconheçam a importância dos arquivos, nos documentos de trabalho e na instituição.

Análise dos resultados preliminares

Com base nas definições teóricas e nos argumentos dos autores apresentados sobre Arquivo, Poder e Memória Institucional, é preciso trazermos uma nova interpretação de como esses conceitos se relacionam. Nesse sentido, foi possível verificar que o Arquivo é uma instituição cultural que está ligada ao poder político, mas que não procura agir de

forma repressora, como as forças armadas, polícia, manicômios, bem como outras instituições ligadas a Administração Pública, conforme defendido por Chomsky e Foucault (2014), Foucault (1979) e Althusser (1985). Todavia, mesmo não atuando como uma força repressora e punitiva, o Arquivo pode ser analisado sob a perspectiva ideológica, em outras palavras, no que tange a sua relação direta com o Estado, recebe influências no processo de produção documental e no estabelecimento de critérios para o acesso à informação. O acesso à informação é franqueado mediante diretrizes impostas pelo poder político, nas quais podem ser denominadas de níveis de sigilosidade², na medida em que um conjunto de pessoas autorizadas poderão ter o acesso a esses acervos.

Verificou-se que a concepção de poder está relacionada ao conjunto de ações políticas que está restrito a um grupo social, mas que de certa maneira não pode ser visualizado, mas sim exercido sobre outros indivíduos a fim de se conseguir o que se deseja, e que contribui na manutenção de uma determinada classe social e política no poder, como a burguesia e as elites militares, religiosas e econômicas. Dessa forma, entende-se que o poder é algo exercido, mas também intangível e invisível.

No caso da Memória Institucional, é possível identificar algumas similaridades com o Arquivo, porém, ela não produz documentos com base em uma necessidade administrativa ou jurídica, como é o caso dos arquivos. Por outro lado, a memória institucional tem a preocupação de fazer uso dos principais fatos históricos que contribuirão para com que a informação e a memória da instituição sejam preservadas para os próximos anos.

Assmann, ao retomar a concepção de arquivo, com base em Michel Foucault, diz que

para ele, não é um depósito de dados descolado da vida em sociedade; é, na verdade, um instrumento de repressão, limitador do escopo dos pensamentos e das articulações sociais e políticas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. O arquivo é reinterpretado como a “lei do que pode ser dito”, passando de uma memória inerte da cultura para uma programação das afirmações culturais. Ao mesmo tempo, essa definição não é muito específica, pois o próprio “discurso” pode ser definido como a “lei do que pode ser dito”. Com seu conceito de discurso transmidiático e desmaterializado, Foucault pode desafiar a materialidade do arquivo (ASSMANN, 2022:371).

Nessa linha de pensamento, Nora (1993) diz que nos tempos clássicos, os três grandes produtores de arquivos reduziam-se às grandes famílias, à Igreja e ao Estado. Nessa perspectiva, os arquivos sempre foram criados com base em algum tipo de instituição social, patriarcal, política, religiosa, militar ou administrativa. Há também os arquivos pessoais que concentram uma determinada influência de poder.

Ao longo do tempo, o Arquivo enquanto instituição esteve ligado às ações da Administração, seja ela pública ou privada. Desse modo, se faz necessário analisar quais influências impactam nas atividades arquivísticas, sobretudo no que tange a produção, organização e acesso à informação. Por mais que o Arquivo seja vinculado ao Estado, ele possui um grau de autonomia, ou seja, tem a capacidade de criar políticas públicas e específicas sobre os processos arquivísticos, como descrição, classificação, organização,

² Ostensivo, reservado, secreto e ultrassecreto.

estabelecimento de mecanismos de linguagens de acesso, entre outras ações de ordem técnica que não estão vinculadas de maneira direta ao poder político, embora seja emanado por uma autoridade que representa o poder do Estado, ou seja, um agente público, supervisor, coordenador, diretor, gestor.

Nessa discussão, essencialmente no âmbito público, o arquivista na condição de agente de estado, ou seja, o representante do poder estatal, possui e exerce a prerrogativa de quem deve acessar ou não a informação contida nos arquivos. Essa afirmação vai ao encontro das premissas apresentadas por Foucault na questão de atribuir ao arquivo a nomenclatura de um instrumento de repressão, no sentido de limitador do escopo dos pensamentos e das articulações sociais, restringir o acesso à informação por parte da população, tornando assim inviáveis políticas públicas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir das análises de Foucault (1979), Chomsky e Foucault (2014), Althusser (1985) e Bourdieu (1989), pensadores que de maneira bastante particular se dispuseram a estudar o tema acerca dos aparelhos repressivos e ideológicos utilizados pelo Estado para manter a ordem social, pelo menos em aparência, o Arquivo não se encaixa nesse aspecto disciplinar, por mais que ele esteja vinculado aos interesses e atividades do Estado; é uma instituição que visa difundir o conhecimento para a sociedade, e que em alguns aspectos, esse conhecimento é produzido sem a influência direta do poder político. Por outro lado, Foucault entende que mesmo não se tratando de uma instituição repressora, em determinados aspectos, o Arquivo pode adotar de forma simbólica comportamentos repressivos.

O Arquivo se encaixa em uma categoria de instituição que de certa forma exerce uma espécie de poder, melhor dizendo, influência cultural na sociedade, ou seja, procura dispor, preservar e organizar o conhecimento produzido pela Humanidade, e obviamente que esse conhecimento está condicionado às relações de poder de uma determinada época e visa representar e traduzir as ações que foram estabelecidas naquele contexto histórico em forma de documento. Este conhecimento, uma vez registrado e materializado em um suporte informacional, procura representar discursos e realidades que muitas vezes podem estar mascarados de verdade, mas que efetivamente não são.

No contexto brasileiro, temas como Ciência, Informação, Política, Sociedade, Cultura e Conhecimento são debatidos de forma sistemática e contribuem no desenvolvimento da sociedade, principalmente em um momento que emergem questões voltadas para o negacionismo, o anticientificismo, movimentos antivacina, desinformação, *fake news*, bem como outros assuntos que demonstram o atraso de uma sociedade em desenvolvimento. Nesse sentido, vale recordar que no governo anterior (2018-2022), liderado por Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), as instituições culturais como Arquivos, Bibliotecas e Museus sofreram com essas consequências, visto que estávamos sob a égide de um governo de extrema-direita, que representou todo um atraso e que trabalhou intensamente para erradicar todos os direitos conquistados por gerações do passado, principalmente aqueles relacionados à saúde, educação, justiça social e cultura.

Ainda no caso do Brasil, as políticas públicas arquivísticas são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e pelo Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Enquanto o primeiro tem por objetivo definir a política nacional dos arquivos públicos e privados, o segundo, visa implementar a política nacional de arquivos, e ambos são subordinados ao Arquivo Nacional (AN). Indubitavelmente, reforça a vinculação institucional do Arquivo ao

poder político do Estado. Legislações específicas como a lei nº 8.159/1991 (Lei Nacional de Arquivos) e a lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), norteiam as principais diretrizes sobre atividades, produção, classificação e acesso à informação em instituições arquivísticas (COSTA, 2017).

Para elucidar as questões que foram propostas para este artigo científico, sobre as dimensões políticas, sociais e institucionais do Arquivo, cumpre destacar que, no primeiro caso, de forma indireta, o aspecto político é fator presente nas atividades e no estabelecimento de legislações e políticas públicas arquivísticas, como no caso do AN e do CONARQ. No segundo caso, o Arquivo representa uma função social que merece atenção especial por parte da sociedade e do Estado, visto que essa instituição, assim como as Bibliotecas, Museus, Centros de Informação, Documentação e Memória, atua como difusora e ajuda no fomento de atividades culturais, resgate à memória e a contextualização de fatos ocorridos no passado, além de dar voz a comunidades periféricas e que são marginalizadas pela sociedade. No terceiro aspecto, o Arquivo recebe um caráter institucional, sobretudo quando se trata de arquivos públicos de valor permanente, dotado de poder e que estabelece as principais formas e meios de sigilo, classificação, organização, estudos de usuários, disseminação e o grau de acesso à informação produzida pela Gestão Pública, seja em âmbito municipal, distrital, estadual ou federal.

No que diz respeito à relação Arquivo, Poder e Memória em seus aspectos políticos, sociais e institucionais, há uma correlação no que concerne na produção de informação, na qual o Arquivo possui autonomia para gerenciar recursos e desenvolver políticas que visam a produção, organização e preservação da memória. No caso da Memória Institucional, é aparente a manutenção da memória coletiva, conforme aludido por Maurice Halbwachs (2003), como fator preponderante de fatos históricos e que tiveram relações naquela determinada instituição.

A memória institucional tem como tarefa prover informação estratégica para o planejamento organizacional e tomada de decisão. Nesse sentido, Matos (2004:60), entende que a memória institucional possui um peso decisório, responsabilidade das mais importantes, uma vez que profundamente qualitativo, pois expande o horizonte das autoridades decisórias, não com quantidade de dados, mas oferecendo uma densa descrição dos problemas imediatos de uma instituição, seja revelando implicações de caráter histórico, seja apontando probabilidades e soluções coerentes os projetos históricos da organização. Segundo Araújo e Gomes (2011), essa atividade pode ser realizada por um arquivista ou outros agentes públicos, visto que não existe até então a figura específica de um profissional de uma instituição de memória, pois a memória institucional pode ser elaborada por todos os colaboradores que a compõem.

Contudo, de acordo com Simioni (2016:179), o Arquivo não é Memória no sentido de um registro que torna presente um fato ausente, um fato já perdido no passado distante. Tampouco é uma instituição de conservação daquilo que merece ser conservado para as gerações futuras. Para Foucault (1979), Arquivo é aquilo que define o que merece ser memorizado, e o que merece ser esquecido. É aquilo que determina o que deve ser conservado, e o que deve ser excluído. É o sistema de discursividade que separa o que merece ser arquivado como história e o que deve ser esquecido. O arquivo influencia o que deve ser considerado tradição e o que deve cair no esquecimento, melhor dizendo, aquilo que não deve ser lembrado para a posteridade.

Em síntese, Arquivo e Memória são instituições que estão vinculadas ao poder político, no entanto, essa relação de poder é um pouco menos eficiente na elaboração da memória institucional, visto que ela não recebe influências diretas do poder público, ou seja, pode ser estabelecida pelos próprios agentes políticos que entendem a necessidade de se manter e preservar a memória institucional de uma determinada organização, destacando o papel social que ele representa na sociedade.

Considerações parciais

Longe de apresentar um resultado absoluto sobre o tema proposto para esta discussão, com base na revisão de literatura e em autores consagrados da História, Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia e Ciência da Informação, foi possível retomar os conceitos de Arquivo, Poder e Memória, em que esses foram analisados e discutidos do ponto de vista político, social e institucional.

Ainda que se reconheça alguns casos de instrumentalização política sobre os arquivos, muitas vezes motivados por interesses de dominação simbólica da sociedade, contudo, foi constatado que o Arquivo não desempenha a função de reprimir, pelo contrário, é uma instituição que procura manter a preservação da memória e a disseminação do conhecimento. É responsável por fornecer o acesso à informação, portanto, ele provê a condição para o desenvolvimento da cidadania, sendo este o requisito básico para os direitos civis, políticos e sociais para formação de uma nação mais justa, equânime, livre e democrática (ARAÚJO e GOMES, 2011).

Segundo Ribeiro, Lima e Silva (2018), para os estudos de memória, este processo de entrelaçamento da memória institucional com a memória social pode gerar boas relações, uma vez que a partir do exame dos materiais preservados pelas instituições e que formam sua memória, pode-se entender também a memória coletiva/social, uma vez que tais documentos que trazem representações de ações, produtos e serviços adotados pelas organizações, refletem as preferências sociais de uma determinada época na sociedade.

Arquivo e Memória Institucional são exemplos de instituições que de maneira determinante contribuem para o desenvolvimento cultural da sociedade, embora não sejam muito bem valorizados pelo Estado, principalmente no Brasil. O Arquivo na situação de “guardião da memória” não possui apenas a função de preservar a informação documental para conceder o acesso à sociedade. Ele vai além disso, ou seja, tem o papel de contribuir na construção, defesa e refutação de memórias e identidades culturais (BRITTO, MOKARZEL e CORRADI, 2016).

Na continuidade deste artigo, propõe-se analisar a classificação da informação arquivística e, a partir disso, apresentar os principais fatores que influenciam esse processo arquivístico e verificar se a informação arquivística é classificada com base em relações de poder ou simplesmente por sua natureza orgânica, e, além disso, quem é o agente responsável por essa classificação. Sabe-se que o arquivista é o principal agente responsável pela classificação da informação arquivística, porém, revela-se que muitas vezes, o processo de classificação não é realizado com base em critérios puramente técnicos, mas sim por fatores políticos e ideológicos.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L.

1985 *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal 2, 1985.

ARAÚJO, N. C. D.; GOMES, S. M.

2011 A Memória institucional e a produção científica do arquivista no cenário nacional. *Ágora: Arquivologia em debate*. 21:43 (2011) 39-57.

ASSMANN, A.

2011 *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. P. Soethe. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

BOURDIEU, P.

1989 *O Poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRÍGIDO, E.

2013 Michel Foucault: uma análise do poder. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*. 4:1 (2013) 56-75.

BRITTO, A. C. L.; MOKARZEL, M. de O.; CORRADI, A.

2017 O Arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. *Ágora: Arquivologia em debate*. 27:54 (2017) 158-182.

CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M.

2014 *Natureza humana: justiça vs poder: o debate entre Chomsky e Foucault*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

COSTA, I. T. M.

1997 Memória Institucional: um conceito híbrido. In *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Rio de Janeiro, 1997.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

COSTA, D. D. da

2017 O CONARQ e a gestão de documentos públicos no Brasil. Niterói, 2017.
Monografia da Graduação em Arquivologia - Universidade Federal Fluminense.

CUNHA, M. B. D.; CAVALCANTI, C. R. D. O.

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008

DERRIDA, J.

2001 *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DODEBEI, V.

2005 *Memória, circunstância e movimento*. In GONDAR, J.; DODEBEI, V. - *O Que é memória social?* Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005, p. 43-54.

DODEBEI, V.; GOUVEIA, I. C.

2011 Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social. *Datagramazero: Revista de Ciência da Informação*. 12:2 (2011).

DURKHEIM, É.

2012 *As Regras do método sociológico*. Lisboa: Presença, 2012.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R.

2010 As Relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*. 44 (2010) 367-383.

FOUCAULT, M.

1999 Vigiar e punir: Nascimento da prisão. [S. l.]: Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, M.

1979 Verdade e poder. *Microfísica do poder*. 23 (1979) 1-14.

GIL, A. C.

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002, vol. 4, p. 175.

HALBWACHS, M.

2003 *A Memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

KURTZ, C. M.

2004 As Instituições arquivísticas e as práticas de difusão. In CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1º, BRASÍLIA, 2004 – *Os Arquivos no século XXI: políticas e práticas de acesso à informação*. Brasília, 2004, vol. 1.

LIMA, I. F.; OLIVEIRA, A. L. T. de; MOURA, R. K. G.

2017 Memória institucional na Ciência da Informação: análise das produções científicas apresentadas no GT de Informação e Memória do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18º, Marília, 2017 - *Anais*. Marília: ENANCIB, 2017.

LAVAL, C; DARDOT, P.

2016 *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARCONDES, D.; JAPIASSU, H.

1996 *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MATOS, M. T. N. D. B.

2004 *Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia*. Salvador da Bahia, 2004.
Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal da Bahia.

MENDONÇA, R. S. de

2015 Memória institucional: uma construção coletiva. In *A Organização documental das fotografias do CAV-UFPE e sua contribuição para a memória institucional*. Recife, 2015.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Pernambuco.

MENDONÇA, R. S. de; PINHO, F. A.

2016 Memória institucional por meio da organização documental de fotografias. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. 7:1 (2016) 90-110.

NORA, P.

1993 Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. 10 (1993).

PARRELA, I.; NASCIMENTO, A.

2019 Memória institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 24 (2019) 176-188.

RIBEIRO, J. de C.; LIMA, I. F.; SILVA, L. K. R.

2018 Memória institucional e preservação da informação: a preservação digital da Revista do Fisco. *Biblios*. 73 (2018) 1-19.

RODRIGUES, A. M. L.

2004 Uma Análise da teoria dos Arquivos. Belo Horizonte, 2004.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.

ROSA, T. B.

2017 O Poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. *Revista Sem Aspás*. (2017) 3-12.

RUEDA, V. M. D. S.; FREITAS, A. D.; VALLS, V. M.

2011 Memória institucional: uma revisão de literatura. *Crb-8 Digital*. 4:1 (2011).

SALVADOR, Â. D.

1977 *Métodos y técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos*.
Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1977.

SANTOS, P.

2016 A Concepção de poder em Michel Foucault. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*. 16:28 (2016) 261-280.

SILVA, M. H. A.; PAPALI, M. A. C.; ZANETTI, V. R.

2019 Memória institucional e história pública: o acervo do centro de história e memória da Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos (Cehvap). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. 11:21 (2019) 270-289.

SIMIONI, R. L.

2016 Arquivo, história e memória: Possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. 97 (2016) 173-190.

THIESEN, I.

2013 *Memória institucional*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

Wilson Roberto Veronez Júnior | wilson.veronez@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Pascoal Alberto Lichucha | pascoal.lichucha@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Elias Guilherme Soares Teixeira | soares.teixeira@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil